

Contabilidade Geral



Operações fiscais, tributárias e de contribuições.



CÓDITO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.



Prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir

O conceito permite inferir que não é possível a instituição de tributos **in natura** ou **in labore**, cujo pagamento seria feito em bens ou em serviços, respectivamente.

CTN, Art. 162. O pagamento é efetuado:

I - em moeda corrente, cheque ou vale postal;

II - nos casos previstos em lei, em estampilha, em papel selado, ou por processo mecânico.

Também é permitido à Administração Pública o recebimento de bens imóveis como forma de Dação em Pagamento.



Prestação Compulsória

O pagamento de tributos não é uma faculdade, mas, sim uma obrigação. Não é opção para o contribuinte, senão o pagamento do que lhe é cobrado. É claro que o indivíduo pode contestar o valor devido ou mesmo a legalidade da cobrança, mas essa questão é tema que veremos em outras aulas.

O tributo é uma prestação compulsória, sendo considerado uma receita derivada.



Prestação instituída em lei

Trata-se de um princípio de um Estado de Direito. Ou seja, o povo somente é obrigado a fazer aquilo que está previsto em lei. Como a lei é editada pelos seus próprios representantes (parlamentares), é o próprio povo, em tese, que decide ao que estará obrigado a fazer ou deixar de fazer. A regra, portanto, é que os tributos sejam instituídos por lei.



Prestação que não constitui sanção de ato ilícito

A cobrança de tributos não possui o objetivo de punir, mas, sim, de arrecadar.



Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada

A cobrança de tributos, como está estampado no próprio conceito, é atividade vinculada, de sorte que o servidor encarregado de tal tarefa deve cobrá-la, sem qualquer outra opção.



Conceito de Tributos

- Prestação Pecuniária
- Prestação Compulsória
- Prestação que não constitui sanção de ato ilícito
- Prestação instituída em lei
- Prestação cobra mediante atividade vinculada

CTN, Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.



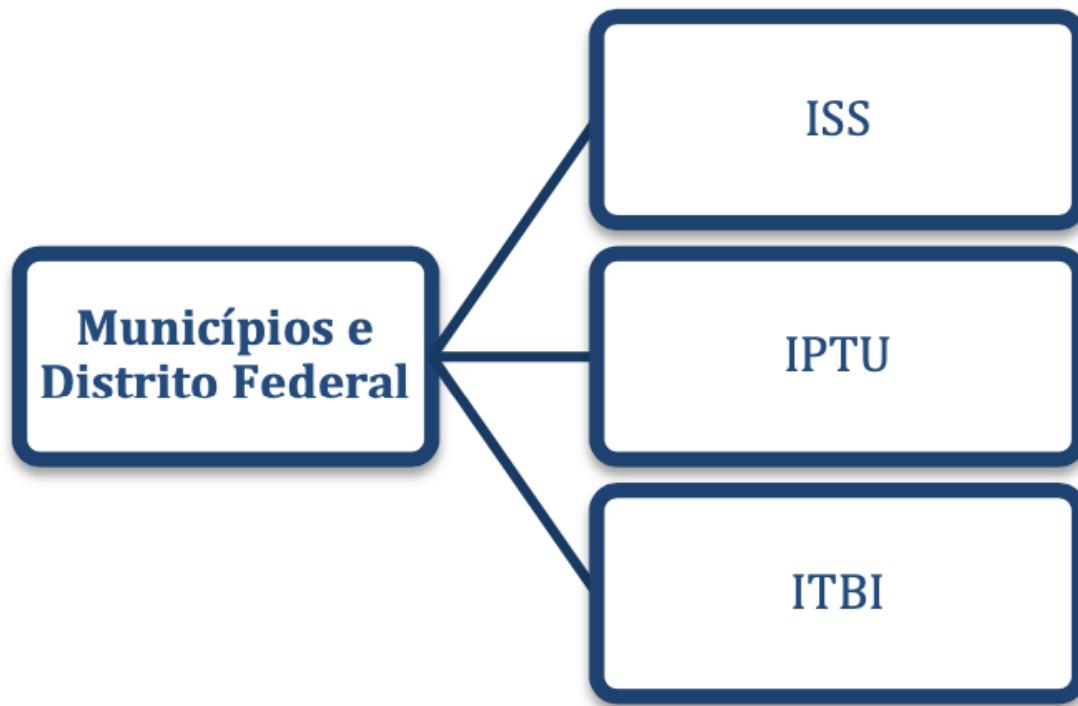
CTN, Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 145, e o Código Tributário Nacional em seu artigo 5º, dispõem que cabe aos entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) instituir: **impostos, taxas e contribuições de melhoria**.

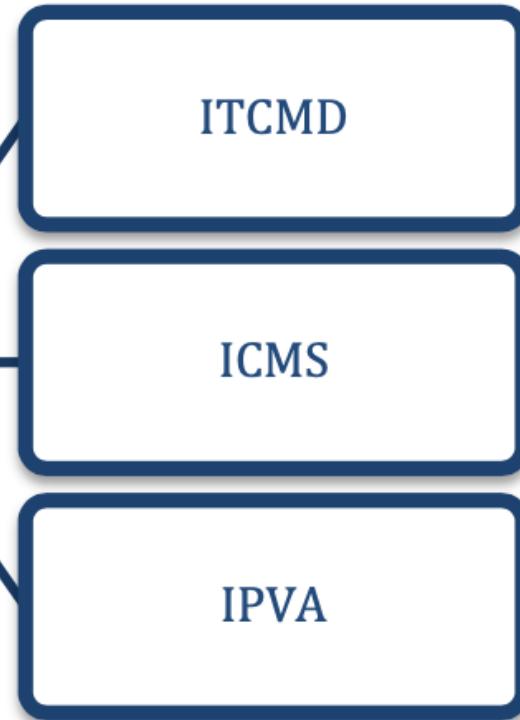
Ocorre que a doutrina e a jurisprudência assumem a teoria pentapartida (também conhecida como quinquepartite, quinquepartida ou pentapartite) que incluem ao rol, elencado pelos artigos supracitados, o **emprestimo compulsório e as contribuições especiais**, respectivamente citadas nos artigos 148 e 149 e 149-A da Carta Magna.

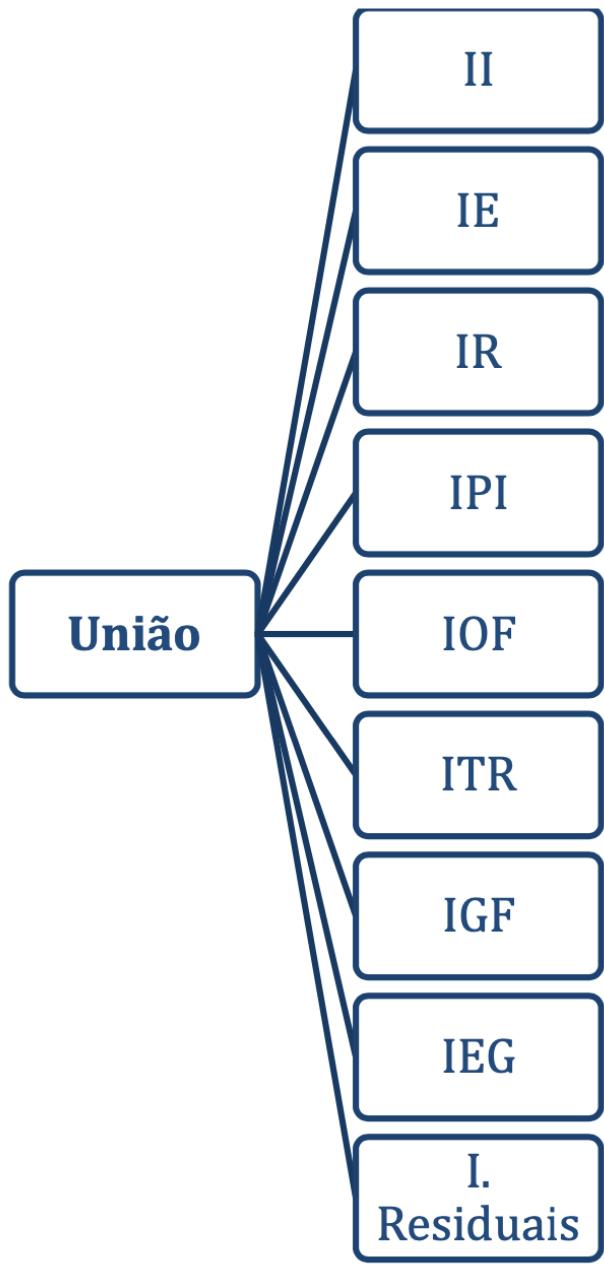
Portanto, a teoria pentapartida adota como tributos: **impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimo compulsório e as contribuições especiais**.

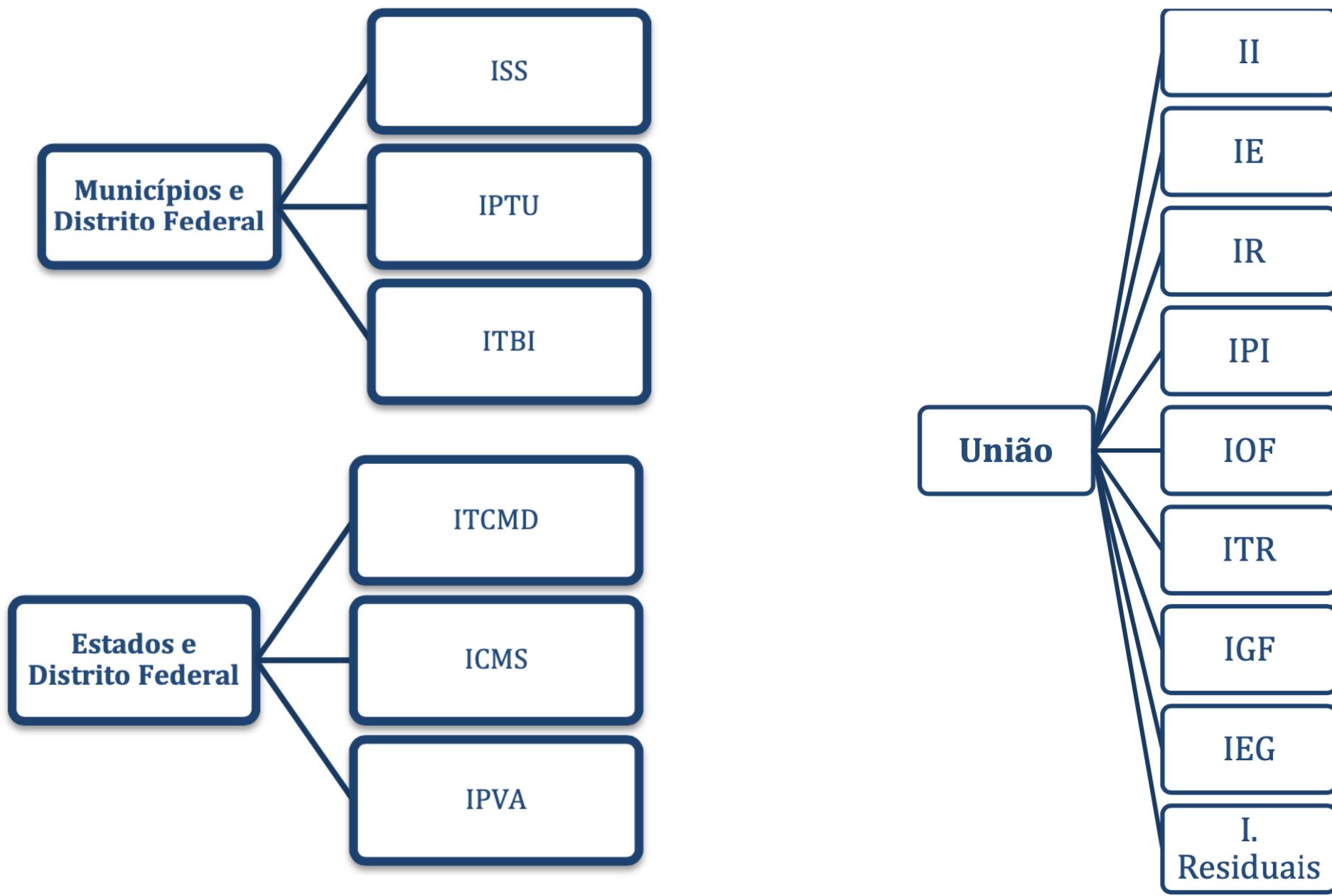




**Estados e
Distrito Federal**







FGTS

O FGTS é uma contribuição social, pois se enquadra em referido conceito (art. 149 da Constituição Federal).

O fato gerador do FGTS é uma situação específica (remuneração do empregado) e não depende de uma atividade estatal.

O **empregador** deposita, mensalmente, 8% sobre o salário do empregado numa conta aberta na Caixa Econômica Federal, esse percentual não é descontado do trabalhador, portanto, é obrigação do **empregador**. O Cálculo FGTS é simples: Calcule salários X 8%.

Os depósitos do FGTS devem ser efetuados mensalmente até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao de sua competência. Quando o dia 7 não for dia útil, o recolhimento deverá ser antecipado. O FGTS não é descontado do salário, é obrigação do empregador.



O empregador doméstico que tenha um empregado doméstico pelo qual ele pague o FGTS diante de uma dispensa sem justa causa somente deverá pagar os 40% (quarenta por cento) de indenização em razão de dispensa sem justa causa.



Para fins e classificação, adote a seguinte conduta:

QUALQUER TRIBUTO A PAGAR

QUALQUER TRIBUTO A RECUPERAR

QUALQUER TRIBUTO A RECOLHER

QUALQUER TRIBUTO SOBRE VENDAS



Questões

**Operações fiscais,
tributárias e de
contribuições.**



1. Instituto AOCP - Pref Cariacica/2020) O Código Tributário Nacional conceitua "tributo". Sobre sua significação, assinale a alternativa correta.

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, por obrigação principal ou sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou serviço ad valorem, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Tributo é toda prestação pecuniária voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

2. FUNDATEC - CM Ituporanga/2019) É característica do tributo:

- a) Ser prestação pecuniária ou in natura, instituída por lei, com caráter compulsório.
- b) Representar prestação pecuniária de natureza sancionadora.
- c) Ser cobrado mediante lançamento.
- d) Ter por fato gerador ato infracional.
- e) Ser prestação compulsória ou voluntária, mas sempre de caráter pecuniário.

GABARITO: C



3. IAUPE - UPE/2019) Sobre o conceito de tributo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os tributos podem ser cobrados em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, e não necessariamente sua cobrança será compulsória, por se tratar de uma ação discricionária do Estado, a atividade de fiscalização e cobrança/imposição fiscal.
- b) As contribuições previdenciárias, conforme já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, não são tributos, possuindo natureza jurídica própria.
- c) O tributo não deve se confundir com uma sanção para atos ilícitos, embora penalidades possam ser cobradas em função da desatenção da legislação tributária, pois as penalidades possuem uma previsão de fato gerador distinta da previsão do fato gerador dos tributos.
- d) A cobrança simultânea de tributos e penalidades justifica uma alegação de bitributação por parte do contribuinte, mas não do responsável tributário.
- e) O agente fiscal, ao preencher um auto de infração, relativo à prestação devida por um tributo, deve atuar de forma discricionária, tal qual ocorre com a inscrição do valor devido como crédito tributário, em mora, na dívida ativa.

4. Instituto Excelência - Pref Barra Velha/2019) São espécies de tributo, EXCETO:

- a) contribuições de melhoria.
- b) taxas.
- c) multas.
- d) impostos.

5. FCC - Pref SJRP/2019) Diversas são as teorias acerca dos tipos de tributos, por exemplo, a teoria

- a) quadripartida, que separa os tributos entre aqueles sobre a renda, sobre a propriedade, sobre consumo e sobre as operações financeiras.
- b) pentapartida, que separa os tributos em impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.
- c) tripartida, que separa os tributos entre aqueles aplicados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
- d) bipartida, que separa os tributos em nacionais e internacionais.
- e) única, que trata tributos como sanções pecuniárias por atos ilícitos.

6. FGV - DPE RJ/2019) Relacione cada imposto listado abaixo com sua respectiva característica.

1. Imposto de Importação

2. ITR

3. IPI

4. ISS

() de competência da União, serve como instrumento da política de comércio exterior;

() de competência federal, classificado como imposto sobre o patrimônio e a renda com função “extrafiscal”; a cobrança e a fiscalização podem ser do município;

() de competência federal, classificado como imposto sobre a produção e a circulação; alguns setores já se beneficiaram com sua desoneração;

() substituiu os impostos sobre indústrias e profissões e sobre diversões públicas.

A sequência correta é:

- a) 1, 2, 3 e 4;
- b) 1, 2, 4 e 3;
- c) 1, 3, 2 e 4;
- d) 1, 4, 3 e 2;
- e) 3, 2, 1 e 4.

GABARITO: A



7. FCC - SANASA/2019) A finalidade do tributo é cumprir função social. Segundo o Art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN): Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Estes tributos, podem ser divididos em: Impostos, Taxas e Contribuições. A competência desses tributos pode ser da (1) União; (2) do Estado ou do (3) Município. Classifique os tributos a seguir segundo a sua competência:

- I. () ITR – Imposto Territorial Rural;
- II. () ITBI – Imposto Transmissão de Bens e Imóveis Inter-vivos;
- III. () IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
- IV. () ITCMD – Imposto Transmissão de Bens Causa Mortis e Doação;
- V. () ISS – Imposto sobre Serviços;

A classificação correta dos tributos sequencialmente do I ao V é:

- a) 1; 2; 1; 2; 3.
- b) 1; 3; 3; 2; 3.
- c) 1; 2; 3; 3; 1.
- d) 3; 3; 2; 2; 3.
- e) 3; 2; 3; 2; 2.

8. EDUCA PB - Pref S Francisco PB/2019) De acordo com a lei, “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte” e pode ser de competência federal, estatal e municipal.

São impostos municipais recolhidos pelo município:

- a) IPI, ICMS, IPTU.
- b) ISS, ICMS, ITBI.
- c) ITBI, IPTU, IOF.
- d) IPTU, IPVA, ISS.
- e) ISS, IPTU, ITBI

9. IBFC - EMDEC/2019) Tendo em vista os procedimentos e cálculos necessários para o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Na hipótese de demissão sem justa causa deverá o empregador depositar, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
- () O Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), destinado às pessoas físicas ou jurídicas que recolhem FGTS, é responsável por consolidar os dados cadastrais e financeiros dos contribuintes e trabalhadores para repassar ao FGTS e à Previdência Social.
- () Todos os empregadores são obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador contratado sob regime da CLT.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) F, F, V
- d) V, F, F

10. Instituto AOCP - Pref S Bento do Sul/2019) Pedro recebe mensalmente R\$ 1.200,00 de salário na função de soldador, tendo sido contratado em janeiro de 2019. Além disso, seu empregador lhe paga R\$ 300,00 de prêmio assiduidade caso Pedro não falte injustificadamente ao trabalho durante o mês. Ainda, ele recebe R\$ 50,00 de ajuda de custo todo mês em razão de deslocamentos que faz com sua moto para entregar peças a clientes. Com base nos dispositivos que regulamentam a remuneração no Direito do Trabalho em vigor e os reflexos desta nos recolhimentos fundiários, assinale a alternativa correta.

- a) Incidirá FGTS sobre todas as verbas recebidas por Pedro, já que, uma vez habituais, integram sua remuneração para todos os fins.
- b) O FGTS será calculado apenas sobre o salário de Pedro. Os valores recebidos a título de prêmio e ajuda de custo, ainda que habituais, não integram a remuneração e não compõem a base de cálculo do desconto do FGTS.
- c) Segundo a legislação trabalhista vigente, o prêmio e a ajuda de custo não integram a remuneração para fins de cálculo do FGTS, mas sobre essas verbas incidirão encargos previdenciários.
- d) O prêmio tem natureza salarial, pois está vinculado diretamente à prestação de serviços pelo trabalhador e sobre ele incidirá o FGTS. Já a ajuda de custo é de natureza indenizatória, visto que busca custear os gastos de manutenção que Pedro tem com sua moto, logo não incide sobre essa verba o FGTS.

11. SELECON - Pref Cuiabá/2019) A compreensão e interpretação corretas da estrutura do plano de contas e a classificação das contas nos diversos grupos é questão central para o entendimento da contabilidade. Assim, as contas “Adiantamento a Empregados” e “FGTS a recolher” são classificadas no plano de contas da empresa, respectivamente, como contas do:

- a) Passivo Circulante, Receita
- b) Ativo Não Circulante, Despesas
- c) Ativo Circulante, Passivo Circulante
- d) Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido

12. Instituto AOCP - ITEP RN/2018) Uma determinada empresa, ao encerrar a folha de pagamento no dia 30 de novembro de 2017, apresentou as seguintes informações, cujos valores foram contabilizados no mesmo dia, de acordo com o regime de competência:

Salário	INSS	IRRF	Provisão Férias	Provisão 13º	Líquido a pagar
8.000,00	608,44	2.032,68	888,87	666,66	5.358,88

Considerando somente essas informações apresentadas e que a empresa utilizou alíquota de 8% no cálculo do FGTS, o valor da despesa de FGTS, contabilizado no dia 30 de novembro de 2017, em reais, é

- a) 428,71.
- b) 591,32.
- c) 640,00.
- d) 693,33.
- e) 764,44.